7º SEMINÁRIO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA ABRI – RUMO À MULTIPOLARIDADE?
06, 12 A 14 DE DEZEMBRO DE 2024
UFRGS – RIO GRANDE DO SUL

ÁREA TEMÁTICA: ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

MOEDAS INTERNACIONAIS: UMA DESCRIÇÃO DO PROCESSO HISTÓRICO E POLÍTICO DA ASCENSÃO E QUEDA DAS MOEDAS INTERNACIONAIS UTILIZADAS A PARTIR DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Autora: Janypher Marcela Inácio Soares, Dra.
Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais – PPGRI/UFSC

Resumo Expandido

Este artigo busca descrever o processo histórico e político da ascensão e queda das moedas internacionais utilizadas a partir do século XX. Para que isso seja possível, o estudo, apresenta o motivo pelo qual a moeda foi criada e quais funções, essa desempenha. A moeda possui o valor que a ela é atribuído, ou seja, “a moeda é tudo e a moeda não é nada”. Em se tratado do aspecto internacional, para uma moeda ser utilizada fora do espaço territorial do seu emissor, é necessário que, os demais países, aceitem que, a moeda em questão possui, e consegue desenvolver papéis, que a sua própria moeda não pode. Nesse sentido, verifica-se que, nem todas as moedas são iguais.

A partir das três funções básicas de uma moeda e das hierarquias propostas por Strange (1971), Cohen (1998; 2015; 2019), e De Conti, Prates e Philon (2013), pode-se afirmar que, ao longo da história, diversas moedas foram relevantes no cenário internacional. Além disso, o sistema monetário internacional foi mudando com o passar do tempo. Em considerando o recorte temporal deste estudo, os séculos XX e XXI, pode-se afirmar que, as principais moedas internacionais utilizadas foram, a libra, no início do século XX, e o dólar-americano, a partir da Segunda Guerra Mundial.

Apesar dessa proeminência e preponderância na utilização, e, no cumprimento das funções de uma moeda internacional encontrada na libra e atualmente, no dólar americano, outras moedas internacionais, também foram pontuadas ao longo desse capítulo como relevantes. O marco alemão e o iene japonês, foram moedas que, na segunda metade do século XX, apresentaram forte importância no cenário internacional, principalmente, em se tratando das suas regiões de atuação. Já no século XXI, o euro e o renminbi merecem destaque enquanto moedas que desenham funções, fora da área do emissor.

É importante destacar aqui, que, diversos são os motivos pelos quais um país incentiva, ou não, a internacionalização da sua moeda. No geral, para uma moeda ter relevância internacional, o país emissor dessa, deve também ser relevante internacionalmente. Em outras palavras, pode-se dizer que, o emissor da principal moeda internacional, pode ser considerado o detentor da hegemonia monetária internacional.

Apesar da oscilação, ao se analisar o cenário atual do comportamento das moedas internacionais, no que tange as funções meio de troca, unidade de conta e reserva de valor, o dólar americano é considerado a principal moeda internacional. Outros países tiveram a oportunidade de ascender a ser uma moeda internacional principal. Como exemplo, Japão e a Alemanha Ocidental, ao analisar as necessidades de ajustes para essa internacionalização acabaram por recuar ao internacionalizar as suas moedas.

Palavras-chave: Moeda internacional; processo histórico; dólar americano

INTRODUÇÃO

A moeda surge para eliminar os inconvenientes e dificuldades geradas pelo escambo, onde cada indivíduo teria, para a troca, os itens produzidos por si próprio. Assim, quando não houvesse uma necessidade mútua, as trocas estariam impossibilitadas , ou nas palavras de Carvalho et al. (2000, p. 2), “uma sociedade sem moeda teria uma vida econômica pouco ágil”. Dessa forma, a moeda, pode ser compreendida como um bem em particular, cuja convenção social faz com que todos a aceitem, em troca de seus bens (NAPOLEONI, 1985).

É uma necessidade que, surge em decorrência da divisão de trabalho, onde, por meio da economia capitalista moderna, ocorreu a especialização de unidades de produção e indivíduos. Nessa realidade, para agilizar as transações comerciais (compras e vendas), em períodos curtos e maximizar a satisfação de suas necessidades a partir da transação do seu excedente produtivo, os agentes econômicos passaram a demandar esse elemento (CARVALHO et al., 2000).

Este artigo, tem em vista descrever o processo histórico e político da ascensão e queda das moedas internacionais utilizadas nos séculos XX e XXI. Para isso, o estudo, inicia com a explanação da definição de moeda, suas funções e diferenciação entre moeda nacional e internacional. A partir da compreensão dos diferentes níveis que uma moeda pode ter, ou seja, das funções que pode desempenhar, aborda três possibilidades de hierarquia para as moedas internacionais. A partir dessa diferenciação, segue para, a compreensão do sistema monetário internacional, apresentando as principais moedas internacionais e seu processo de evolução ao longo dos anos.

O estudo, se justifica pois, toda e qualquer mercadoria aceita por uma coletividade como intermediário de compra, pode ser considerada uma moeda. Nesse sentido, Kirshner (2003, p. 645, tradução nossa), afirma que, “dinheiro é tudo, dinheiro não é nada, dinheiro é o que você pensa que é, dinheiro é poder, dinheiro é política”. Em outras palavras, por conta da expansão do ritmo das transações, com destaque para os últimos quarenta anos, tudo versa sobre a temática do dinheiro – tudo é dinheiro. Por outro lado, o pedaço de papel (ou dado eletrônico), não tem valor per se, assim sendo, a preocupação fica a cargo do valor futuro do dinheiro, visto que, renunciar a um consumo no presente pressupõe-se um gasto futuro – dinheiro não é nada (KIRSHNER, 2003).

No que tange ao valor desse, quanto vale o dinheiro, senão, aquilo que o outro considerar que vale? Reter, emprestar, movimentar ou ter influência sobre o dinheiro gera a possibilidade de influência e promoção dos próprios interesses, assim sendo, dinheiro é poder. Por fim, a escolha em torno do dinheiro tem como pano de fundo uma disputa política, onde o sistema financeiro globalizado determina a lógica econômica, limitando atores e políticas em um cenário plausível e factível (KIRSHNER, 2003).

DESENVOLVIMENTO

A DIFERENCIAÇÃO ENTRE A MOEDA NACIONAL E AS MOEDAS INTERNACIONAIS

Historicamente, diversos elementos já foram utilizados como moeda, tais como cabeças de gado, peles, sal, conchas, cereais e arroz (NAPOLEONI, 1985; LOPES; ROSSETTI, 1998). Costa (1999), afirma que, as principais etapas da evolução histórica da moeda, com relação a sua forma, são moeda-mercadoria, metais cunhados, papel-moeda conversível, moeda fiduciária e moeda bancária. Com destaque para a passagem de moeda-mercadoria para metais cunhados, pois, a partir desses metais preciosos, imbuem-se os pontos durabilidade, divisibilidade e portabilidade necessários para as transações.

Para um elemento ser, de fato, considerado uma moeda, ele deve exercer algumas funções básicas. A respeito da classificação de tais funções, inicialmente, para a moeda nacional, Lopes e Rossetti (1998), e Costa (1999), apontam três principais funções básicas para que uma moeda, pode ser efetivamente, considerada como tal. Quais sejam, meio de troca, unidade de conta e reserva de valor.

A função meio de troca é caracterizada pela liberdade proporcionada aos agentes econômicos a partir da utilização da moeda. A partir da utilização ampla e generalizada da moeda, se faz necessária a criação de uma unidade padrão de medida – unidade de conta, ou também chamada, denominador comum de valores. A ausência dessa padronização, remeteria as trocas ao escambo. A unidade de conta utilizada em uma economia, a partir da moeda, deve ser, aos olhos do público, estável. De maneira que, a moeda possa ser vista como uma reserva de valor, ou ainda, que a posse dela seja vista, como a expressão do poder de compra entesourado. Isso equivale dizer que, a partir do momento em que o indivíduo recebe a moeda, até o instante em que esse decide gastá-la, ele detém uma reserva de valor que lhe permitirá, em um momento futuro, exercer a aquisição de um bem ou serviço. Como já mencionado, cenários hiperinflacionários prejudicam, e em alguns casos, eliminam essa função (LOPES; ROSSETTI, 1998; COSTA, 1999; CARVALHO et al., 2000).

As funções das moedas não se restringem ao âmbito nacional. Uma moeda pode possuir, também, funções específicas para o âmbito internacional. Assim, o tópico a seguir, apresenta, de maneira aprofundada, as questões e os níveis pelos quais uma moeda internacional, pode ser utilizada e analisada.

FUNÇÕES DA MOEDA INTERNACIONAL

De igual modo à moeda nacional, a moeda internacional possui funções específicas. De maneira geral, os autores convergem em três funções, quais sejam, meio de troca, unidade

de conta e reserva de valor. Observadas sob duas óticas ou dois níveis, as transações privadas (mercado privado), e as transações públicas (política oficial), totalizando assim, seis funções diferentes (KRUGMAN, 1984; ELWELL, 2007; CHEY, 2012; DE CONTI; PRATES; PLIHON, 2013; COHEN, 2015). O quadro 1, apresenta as funções para cada nível de análise.

Quadro 1 - Papéis de uma moeda internacional

FUNÇÕES	**NÍVEL DE ANÁLISE**	
	PRIVADO	**OFICIAL**
Meio de troca	Negociação de câmbio estrangeiro e liquidação comercial.	Intervenção
Unidade de Conta	Faturamento Comercial	Âncora
Reserva de Valor	Investimento	Reserva

Fonte: Elaborado pela autora (2024), com base em Krugman (1984), e Cohen (2015).

Analisando inicialmente, a função meio de troca no nível privado, pode-se verificar que, é a utilização de uma moeda enquanto negociações cambiais (meio de câmbio), trocas comerciais (COHEN, 2015), ou meio de pagamento (DE CONTI; PRATES; PLIHON, 2013). Krugman (1984), sintetiza essa utilização chamando-a de moeda veicular. Essa, utilizada por atores privados para liquidar transações econômicas internacionais (CHEY, 2012). Nem todas as moedas são aceitas como meio de troca para pagamentos internacionais e, consequentemente, não servirão como unidade de conta, conforme abordado a seguir.

De Conti, Prates e Plihon (2013), afirmam que, quando a negociação acontece entre dois países desenvolvidos, a tendência, é que, seja utilizada a moeda do país exportador. Já quando a relação se dá entre um país desenvolvido e um país periférico, o uso tende a ser da moeda do país desenvolvido, quer seja esse, exportador ou importador. Porém, quando a troca se dá entre países periféricos, no geral, a negociação é realizada em dólar americano. O quadro 2, sintetiza essa tendência de utilização.

Quadro 2 - Moeda meio de troca no comércio internacional

Cenário	**EXPORTADOR**	**IMPORTADOR**	**MOEDA UTILIZADA**
1	País desenvolvido A	País desenvolvido B	País desenvolvido A
2	País periférico A	País desenvolvido A	País desenvolvido A
3	País periférico A	País periférico B	Dólar norte-americano

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Considerando o cenário 1, onde a exportação é realizada pelo Canadá, por exemplo, e a importação é realizada pela Suíça, a tendência, é que, seja utilizado o dólar canadense como moeda meio de troca. No cenário 2, por exemplo, a relação se dá entre Brasil (exportador), e Canadá (importador). A tendência, é que, seja utilizado o dólar canadense novamente, pois a relação é entre país periférico e país desenvolvido. Por fim, o cenário 3, apresenta uma relação entre Brasil (exportador), e Uruguai (importador), ambos periféricos.

Aqui, a moeda utilizada é o dólar norte-americano, visto que, é a moeda dominante do sistema monetário internacional .

A função meio de troca, na política oficial, diz respeito a moeda de intervenção (COHEN, 2015), usada por governos para intervir no mercado de câmbio (CHEY, 2012). Aqui, a intenção é a utilização das moedas estrangeiras, por parte dos bancos centrais, como meios de pagamento (KRUGMAN, 1984). Essa utilização, ocorre com o intuito de influenciar os mercados de câmbio, não visando lucratividade, mas focando nas condições da oferta e demanda de divisas e sua consequência nas taxas de câmbio (ELWELL, 2007; DE CONTI; PRATES; PLIHON, 2013; COHEN, 2015).

A função unidade de conta, analisada pelo nível privado, é também, designada por moeda de denominação (DE CONTI; PRATES; PLIHON, 2013), moeda de faturamento comercial (COHEN, 2015), ou fatura (KRUGMAN, 1984). Pode ser compreendida, como a moeda pela qual, os preços, contratos ou transações internacionais são estabelecidos, ou seja, a unidade de conta utilizada nessas situações.

Para as operações privadas, a determinação do preço, segue a mesma lógica apresentada para a escolha da moeda utilizada (meio de troca). Ou seja, a moeda escolhida para estabelecer os preços (unidade de conta), será, a do país exportador, maior economia ou o dólar, quadro 2. Esse último, é utilizado por conta do tamanho da economia norte-americana e, em caso de commodities, pois o preço é cotado de maneira centralizada para o mercado global (KRUGMAN, 1984; DE CONTI; PRATES; PLIHON, 2013; COHEN, 2015).

A unidade de conta, no nível de análise da política oficial, é compreendida como a moeda de referência, a âncora cambial, na qual, as autoridades monetárias atrelam as suas moedas. Esse processo, foi, e é, utilizado, na sua maioria, por países periféricos, cujos objetivos são reduzir a volatilidade de suas taxas de câmbio em um cenário de incerteza e elevada mobilidade de capitais. Bem como, fortalecer a política monetária doméstica no combate à inflação (ELWELL, 2007; KRUGMAN, 1984; COHEN, 2015).

A função reserva de valor, ou moeda de investimento e financiamento, sob o nível de análise do mercado privado, trata da moeda como um ativo de investimento, onde, por meio de determinadas moedas internacionais, agentes privados buscam a preservação dos seus ativos ao longo do tempo. Nessa função, pode-se destacar, o papel dos bancos para que esse carregamento intertemporal ocorra (DE CONTI; PRATES; PLIHON, 2013; COHEN, 2015).

Já no nível de análise da política oficial, a função reserva de valor, pode ser compreendida como, o nível de reserva cambial mantida pelas autoridades monetárias. As reservas, por sua vez, servem, quando necessário, para a manutenção da oferta de moeda estrangeira, para a manutenção dos preços dos ativos e como prevenção a possíveis crises no balanço de pagamentos. Demonstrando assim, um compromisso público com a estabilidade da taxa de câmbio (KRUGMAN, 1984; COHEN, 2015).

Chey (2012), destaca que, apesar das divisões e diferenciações realizadas, essas classificações, podem estar inter-relacionadas. E que, mundialmente, o número de moedas que, de fato, desempenham os papéis de uma moeda internacional é muito limitado, conforme detalhado a seguir.

HIERARQUIA DAS MOEDAS

A moeda internacional, pode ser classificada quanto às suas funções e quanto à natureza dos fatores que determinam a sua importância e utilização (CHEY, 2012). Strange (1971, p. 306, tradução nossa), afirma que, para que se possa efetuar uma classificação quanto as diferentes moedas, é necessário, inicialmente, refletir e explicar três questões: "(i) por que as moedas internacionais são utilizadas? (ii) [as moedas] se diferem em caráter e função? Se sim, como? (iii) quais efeitos [as moedas] podem ter nas políticas nacionais?" . O termo "efeitos", aqui utilizado, se refere às possíveis implicações que as moedas internacionais podem ter na política externa (efeitos diretos) e na política interna (efeitos indiretos).

Nesse mesmo sentido, Chey (2012), afirma que, o uso de uma moeda internacional, implica em uma situação de dualidade. Onde, a partir desse uso internacional, há consequências políticas, tanto para o emissor da moeda, quanto para o detentor da moeda. A autora sugere, como possíveis respostas a esses questionamentos, três circunstâncias de análise. Dessas circunstâncias, pontua, quatro classificações principais de moedas: moeda principal, a moeda neutra, a moeda mestra e a moeda negociada (STRANGE, 1971; CHEY, 2012). Com o intuito de sintetizar a classificação das moedas internacionais realizadas por Strange (1971), elaborou-se o quadro 3.

Quadro 3 - Classificação das moedas quanto a determinação de importância

CLASSE	CARACTERÍSTICA PREDOMINANTE	EXEMPLO
Moeda principal	O país emissor exerce liderança econômica sobre os demais.	Grã-Bretanha no Século XIX; Dólar americano atualmente.
Moeda neutra	Questões econômicas relevantes, não há domínio de estruturas políticas ou militares por parte o emissor sobre os demais.	Franco suíço; Marco alemão (até 2002).
Moeda mestra	Relações formais de dependência onde há um certo grau de coerção.	Libra esterlina e o franco francês em seus respectivos impérios; Momentos em que há laços coloniais.
Moeda negociada	Persuasão e entendimentos informais para promover ou sustentar o uso estrangeiro.	Negociações diplomáticas – Libra esterlina no imediato pós-guerra

Fonte: Elaborado pela autora (2024), com base em Strange (1971), Chey (2012) e Cohen (2019)

Vale ressaltar que, essa taxonomia não é rígida e a alteração não é rápida nem mutuamente, exclusiva, sendo necessário compreender as diferenças e nuances dos objetivos políticos e econômicos dos envolvidos, indo assim, além das classificações quanto as funções econômicas como reserva, veículo ou intervenção (STRANGE, 1971; CHEY, 2012).

Cohen (1998; 2015; 2019), por sua vez, propõe a chamada pirâmide monetária. A intenção dessa, é representar, de maneira mais ampla, a hierarquia da moeda em todo o mundo. O autor (2015), ressalta que, as moedas no topo incluem os quatro tipos de moedas propostas por Strange (1971). E que, o formato piramidal, permite transmitir a diversidade das relações competitivas da moeda, sendo estreita no topo, onde apenas uma, ou poucas moedas dominam, e nas partes mais baixas há um número mais elevado de moedas. Sua classificação é dividida em sete categorias: *top currency* (moeda principal); *patrician currency* (moeda patrícia), *elite currency* (moeda elite); *plebian currency* (moeda plebeia); *permeated currency* (moeda permeada); *quase-currency* (quase-moeda), e *pseudocurrency* (pseudo moeda) (COHEN, 2015).

De Conti, Prates e Philon (2013), afirmam que, as moedas, quanto às suas funções, podem ser hierarquizadas. Hierarquia essa, relacionada a todo o sistema monetário internacional . De tal forma que, uma moeda nacional passa a desempenhar as três funções básicas de moeda no âmbito internacional. Essa situação, tem sido fundamental para o sistema monetário internacional (PAULA, FRITZ, PRATES, 2017). Assim, com base na capacidade e no grau de abrangência da moeda de exercer suas funções básicas em âmbito internacional, ela pode estar mais ao centro do sistema, ou mais na periferia do sistema.

O dólar americano, ao centro de todo o sistema, aparece como moeda chave para o sistema. Sendo ele, o principal no desenvolvimento das funções de moeda internacional, seguido do euro, que apesar de já realizar várias funções, ainda não atingiu o patamar do dólar no que tange ao alcance. No terceiro elo, estão as moedas centrais, que exercem funções de moeda internacional, porém, de maneira secundária. Por fim, estão as moedas periféricas que, de maneira geral, não exercem funções de âmbito internacional (DE CONTI, PRATES, PHILON, 2013).

Uma ressalva é importante. Em se tratando da hierarquização monetária, a moeda é um instrumento importante de dominação e a autonomia dos agentes privados na determinação dessas, é limitada. Assim, é fundamental apontar que os agentes privados não escolhem as moedas a serem utilizadas de maneira aleatória, e sim com base em questões geopolíticas e geoeconômicas estabelecidas. Dessa forma, a hierarquia monetária é uma consequência da escolha dos agentes, e não a causa para a escolha. Ou seja, não são os agentes que determinam a hierarquia monetária, mas sim, as questões macro que irão determinar quem estará em qual parte da hierarquia (DE CONTI; PRATES; PLIHON, 2013).

Para uma moeda figurar entre a, ou as principais moedas internacionais, são considerados, em relação ao país emissor, o tamanho da economia nacional e a integração com a economia mundial; o poder geopolítico; o voluntarismo político; instituições fortes; política econômica responsável e bons resultados macroeconômicos (DE CONTI; PRATES; PLIHON, 2013). Nas palavras de Cohen (2015), tamanho econômico, desenvolvimento financeiro, laços de política externa e alcance militar. Essas condições, mudam com o passar do tempo. Porém, apesar de ser possível pontuar o que é considerado para a ascensão de uma moeda, ascender nessa hierarquia, pode ser mais complexo do que aparenta.

O SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL E AS MOEDAS INTERNACIONAIS

O sistema monetário internacional, pode ser compreendido, como o elo entre as economias dos diferentes países (EICHENGREEN, 2000). E, apesar da complexidade e de não haver um poder supranacional soberano, que garanta a confiabilidade da moeda amplamente utilizada , a análise das relações monetárias internacionais, são relevantes para a compreensão de um cenário mais amplo (AGLIETTA, 1995).

Em diversos momentos da história, diferentes moedas realizaram a função de moeda internacional, ou seja, estavam em evidência no sistema monetário internacional. Considerando o intervalo temporal proposto no objetivo deste estudo, século XX e século XXI, e, pontuando as modificações históricas do sistema monetário internacional que compreendem esse intervalo, o sistema, pode ser dividido em: padrão ouro (1870-1914), período entre guerras (1918-1939), anos posteriores à Segunda Guerra Mundial sob o acordo de Bretton Woods (1946-1973), e o período do câmbio flutuante, pós-1973. Pode-se dizer que, o desenvolvimento do sistema monetário internacional, é fundamentado no processo histórico, nas situações encontradas pelos países em determinado momento, e, no desejo dos governantes em realizar reformas (EICHENGREEN, 2000).

Em se tratando da principal moeda internacional em uso, alguns momentos foram destaques do ponto de vista histórico. Antes da Primeira Guerra Mundial, a principal moeda internacional era a libra esterlina (Grã-Bretanha). No período entre guerras, 1918 a 1939, o dólar norte-americano e a libra compartilharam esse papel. Porém, desde o final da Segunda Guerra Mundial (1945), o dólar norte-americano assumiu o protagonismo, e tem sido fundamental para o sistema monetário internacional, possuindo ramificações tanto políticas quanto econômicas (COHEN, 2015). Apesar desse protagonismo, desde 1945, várias outras moedas, também, figuraram como as principais, porém, em menor escala. As principais moedas foram, o antigo marco alemão da Alemanha Ocidental, o iene do Japão e o euro (o sucessor de algumas moedas relevantes na Área do Euro) (COHEN, 2015).

O fim do Bretton Woods, 1973, revisitou a questão, do controle da economia via estabilidade da taxa de câmbio. Onde, por meio do uso de políticas monetárias, as relações monetárias internacionais, passaram a se basear em um regime de flutuação cambial. Não havia um consenso quanto ao comportamento das taxas flutuantes, alguns, afirmavam que, essas, eliminavam o problema de apostas unilaterais e contribuiriam para o equilíbrio. Outros, acreditavam que a flutuação era o primeiro passo para um novo momento de turbulência e instabilidade.

Eichengreen (2000), afirmou que, as taxas de câmbio nominais e reais, revelaram-se mais voláteis do que quando fixas, porém, não se registrou o caos financeiro previsto pelos que tinham se oposto à flutuação. Dessa forma, o pós-Bretton Woods, foi marcado pela livre mobilidade de capital, regulamentação favorável ao mercado, crescimento dos mercados financeiros e da chamada globalização econômica. Onde bancos e outras instituições financeiras, financiam a detenção e a negociação de ativos (WEBER, 2018).

Na primeira metade da década de 1980, onde o dólar estava apreciado, ocorreram tentativas de coordenação cambial para reverter esse cenário, tais como os Acordos do Plaza (1985), e do Acordo do Louvre (1987). O desalinhamento das taxas reais de câmbio era tão elevado, que até defensores do livre mercado e da flexibilidade cambial, demonstraram preocupação. Em um cenário onde, Estados Unidos deficitários, Japão e Alemanha superavitários, resultou, em países reafirmando sua autonomia política. De forma que, a União Monetária Europeia (sistema do Deutschmark), e o papel internacional do iene, se apresentaram como possibilidades ao sistema internacional (GILPIN, 2002; COHEN, 2015).

No geral, o movimento de ruptura das taxas de câmbio fixas pós-Bretton Woods, contribuiu para o liberalismo das finanças. Onde, os Estados Unidos, passaram, efetivamente, a dominar os demais países em função da posição do dólar, das dimensões do seu mercado e, puderam aplicar políticas econômicas. Mantendo, assim, sua posição hegemônica com endividamento externo e interno, sem ter a mesma preocupação dos demais países do mundo. Pois, o dólar, pode ser emitido internamente, pelo Federal Reserve (FED) (SOIHET; GUIMARÃES, 2012). O mundo passa, então, a viver o chamado padrão dólar flexível, ou padrão dólar flutuante, onde os Estados Unidos se solidificam como o emissor da principal moeda internacional (AGLIETTA, 1995; SERRANO, 2008).

Apesar dos custos intrínsecos à essa posição (COHEN, 2015), estar no topo da pirâmide monetária e ser o emissor da moeda principal, está ligado não apenas às condições da moeda e do Estado emissor, mas também, à atratividade das alternativas disponíveis. Como já mencionado, ao longo dos anos 1980, anos 2000, e nos últimos anos outras moedas têm figurado como possibilidades. São elas, respectivamente, o marco alemão, o iene japonês, o euro e o renminbi chinês. Esses movimentos de aumento da utilização, são abordados no tópico a seguir.

PARA ALÉM DO DÓLAR AMERICANO: AS MOEDAS INTERNACIONAIS RELEVANTES PÓS-BRETTON WOODS

Apesar das críticas ao dólar americano, e do inegável privilégio vivenciado pelos Estados Unidos, a década de 1980, mostrou que, nos últimos quarenta anos, outras moedas, também, figuraram e figuram como possibilidade para assumir o papel de moeda principal, são elas, marco alemão, iene japonês, euro e o renminbi chinês.

O final da Segunda Guerra Mundial, deixou claro dois aspectos a respeito do cenário monetário global, são eles: o dólar era, de fato, a moeda internacional mais relevante, e a libra, estava em declínio para os propósitos transfronteiriços. Nas décadas de 1960 e 1970, desponta, então, a primeira moeda que dá indícios de questionamento ao poderio do dólar norte-americano, o marco alemão. Criado em 1948, fazia parte da grande reforma econômica da Alemanha Ocidental. Em 1980, já estava estabelecido como a segunda moeda mais importante do mundo. E, perdurou até 1999, com a criação do euro, sendo, então, por esse absorvido (COHEN, 2015; KOSINSKI, 2019). Hoje, o marco alemão não é mais utilizado.

A ascensão e a importância do marco alemão se justificam, à época, predominantemente, por fatores econômicos, sendo também, reforçados por fatores políticos. Onde, a crescente importância da Alemanha Ocidental no comércio, suas condições macroeconômicas, a integração regional com a Comunidade do Carvão e do Aço (1950), e o Tratado de Roma (1955), proporcionaram, em maior ou menor grau, as condições necessárias para o marco alemão desempenhar os seis papéis de moeda internacional. Cenário esse, corroborado pelos vizinhos do marco alemão, onde, na década de 1980, esses, ancoravam as taxas de câmbio nominais em relação ao marco alemão, buscando controlar suas propensões inflacionárias. Esse contexto, contribuiu para as tentativas de promoção da integração monetária regional, ocorrida na Europa (COHEN, 2015; KOSINSKI, 2019).

Apesar de todas as conquistas, o marco alemão se manteve, por conta de quatro fatores, tanto econômicos quanto políticos, como a segunda colocada em relação ao dólar. São eles: falta de avanço fora da Europa, relativo atraso da Alemanha Ocidental no acesso aos mercados financeiros, relutância do governo da Alemanha Ocidental na internacionalização do marco alemão, e, por fim, questionável segurança para os investidores internacionais (COHEN, 2015).

O primeiro, versa sobre o fato de o marco alemão ser destaque no seu entorno, porém, diferentemente do dólar, o alcance em relação aos ganhos de espaço internacionais, eram baixos se comparados ao dólar americano. Quanto ao segundo ponto, o acesso aos mercados financeiros, ao serem comparados os mercados de títulos e as ações da Alemanha Ocidental, estes últimos, eram muito mais escassos que os mercados de Nova York e Londres, tanto nos possíveis instrumentos financeiros, quanto na regulamentação e complexidade de

impostos. Dessa forma, a negociação de títulos em marco alemão, era mais custosa e dificultada quando comparada ao dólar americano (COHEN, 2015).

O terceiro fator, trata da questão governamental, ou seja, a relutância do governo da Alemanha Ocidental, em internacionalizar o marco alemão, caminhando inclusive no sentido oposto. No início da década de 1980, o Bundesbank teve em vista restringir o uso transfronteiriço do marco alemão por meio do controle da emissão de obrigações em marco alemão no mercado externo de títulos. Esse controle, foi motivado pelo controle da política monetária e pela manutenção da estabilidade anti-inflacionária – fruto de temores de um passado não tão distante (EICHENGREEN, 2008). Outro temor, nesse mesmo sentido, era de imposições à política doméstica, fruto de um acúmulo excessivo de passivos no exterior, tanto por volatilidade na taxa do câmbio, instabilidade de preços e variação das receitas de exportação. Assim, o governo em nenhum momento assumiu uma postura proativa em relação à internacionalização (COHEN, 2015).

Por fim, a questão da segurança para os investidores internacionais, é baseado no fato de que, apesar de uma democracia estável, no que diz respeito aos direitos de propriedade e uma gestão pública eficaz, a Alemanha era uma nação dividida, com destaque para a Guerra Fria (GIAMBIAGI; BARENBOIM, 2002). Por motivos históricos, a Alemanha Ocidental, dificilmente, se projetaria com poderio militar para proteger os demais países, assim, contava com a proteção dos Estados Unidos, o que contribuía para que, caso os demais países apoiassem uma ascensão alemã, esse apoio viria por motivos econômicos, e não por apelo político (COHEN, 2015).

No final da Segunda Guerra Mundial, o Japão e sua economia estavam devastados. Porém, apesar disso, as décadas de 1950 e 1960, representaram um boom para o crescimento japonês, fazendo com que esse, alcançasse uma posição relevante no cenário internacional. E fazendo com que, ao final da década de 1970, sua moeda, o iene, estivesse bem estabelecida e solidificada. De maneira geral, sua utilização foi destaque tanto no nível privado como no nível oficial como reserva de valor, e seu alcance, bem como, o marco alemão, permaneceu regional focado no Leste Asiático. Se comparado ao dólar americano e ao marco alemão, o iene japonês figurou, ao final do século XX, em terceiro lugar entre as moedas internacionais (EICHENGREEN, 2008; COHEN, 2015).

Com um cenário regional favorável, e com o iene, sendo a moeda veículo predominante para empréstimos externos nos países vizinhos, como Indonésia, Coreia, Malásia, Filipinas e Tailândia, na primeira metade de década de 1980, o Japão se tornou o mais relevante exportador de capitais de todo o mundo (COHEN, 2015). Saindo de um saldo de US$ 35 bilhões, em 1981, para um saldo superior a US$ 53 bilhões em 1985, fortalecendo assim, sua posição como potência internacional. Outro dado relevante, diz respeito ao conjunto dos ativos do Japão no exterior, sendo esse, no ano de 1986, superior a US$ 129

bilhões, consagrando-o assim, como o maior credor global. A respeito do mesmo dado, a Inglaterra, para o mesmo período, possuía US$ 90 bilhões de ativos líquidos no exterior, a Alemanha Ocidental, US$ 50 bilhões, e os Estados Unidos aproximavam-se de zero, demonstrando assim, nesse sentido, a superioridade japonesa (GILPIN, 2002).

Além desses pontos, o enorme tamanho da economia e do comércio japonês, sua ampla rede transnacional e a relevância enquanto potência econômica global, contribuíram para o iene ser cogitado como uma possível moeda a ocupar o topo da pirâmide monetária. Porém, no geral, as causas da internacionalização do iene foram, predominantemente, econômicas, e, diferente do marco alemão, não houve um esforço na Ásia para a criação de uma integração política formal (SILVA, 2013). Mesmo com o debate sobre a criação de um bloco baseado no iene, entre o Japão e seus vizinhos, apenas a Coreia do Sul, começou a seguir mais de perto a flutuação do iene, porém, nenhum país, de fato, atrelou sua moeda formalmente ao iene (EICHENGREEN, 2008; COHEN, 2015).

Apesar do destaque e da efetiva internacionalização do iene, esse, não alcançou um patamar mais elevado de importância como moeda internacional por cinco fatores. Quais sejam: inércia, o crash do mercado japonês após a bolha de 1989, o padrão de faturamento no comércio japonês, a política pública no Japão, e, por fim, segurança (COHEN, 2015).

Tal qual o marco alemão, o iene era importante na sua região, porém, fora da Ásia Oriental, não houve movimentações que estimulassem ganhos frente ao dólar americano e ao marco alemão. Já a respeito do crash do mercado japonês, esse, foi um fator que prejudicou a ascensão do iene ao prejudicar a própria economia japonesa, e, reduzir a força que essa havia obtido nos anos anteriores. Estagnação, recessões e deflações de preços foram, constantemente, verificadas na economia do Japão ao longo desse período (EICHENGREEN, 2008).

No que diz respeito ao padrão de faturamento no comércio japonês, esse, realizava poucos negócios no exterior em sua própria moeda, se comparado aos Estados Unidos e a Alemanha Ocidental. No geral, o Japão realizava, na época, entre 30% e 35%, de suas exportações em iene. As demais exportações, eram realizadas em dólares americanos. Comparando isso, com os Estados Unidos, onde, praticamente, todas as exportações eram realizadas em dólares americanos, e 80% das exportações alemãs eram realizadas em marco alemão, o volume de iene, era significativamente inferior. Tal qual o marco alemão, o iene, também, foi prejudicado em sua internacionalização por conta de suas autoridades governamentais, essas, resistiram por muito tempo a internacionalização, temendo à imposição de uma restrição à administração monetária doméstica (COHEN, 2015).

Cohen (2015, p. 117, tradução nossa), afirma que, “a internacionalização do iene foi vista pela maioria dos japoneses não como um objetivo a ser buscado, mas sim, como um preço a ser pago para manter a boa vontade dos americanos” . Por fim, tal qual a Alemanha

Ocidental, o Japão, apesar de ser considerado uma democracia estável, com respeito aos direitos de propriedade e com uma gestão política eficaz, detinha poucos meios políticos para influenciar as preferências monetárias dos governos estrangeiros, e, pouco poderio em questões de segurança. Sendo essa última, limitada constitucionalmente, a uma força de autodefesa. Indicando assim, que, a escolha do iene, tal qual, a do marco alemão, se daria mais por questões econômicas do que políticas (EICHENGREEN, 2008; COHEN, 2015).

Com base na análise apresentada, pode-se perceber que apesar da importância econômica do marco alemão e do iene japonês, tanto a Alemanha Ocidental quanto o Japão, não atuaram de maneira específica e significativa, para que, as suas moedas se internacionalizassem e representassem, de fato, uma ameaça ao papel internacional do dólar. Ou seja, não houve um esforço do ponto de visto político para que a ascensão dessas moedas acontecesse, e que o papel do dólar fosse efetivamente questionado. Nas palavras de Helleiner e Kirshner (2009, p. 9, tradução nossa),

> o fato de o Japão e a Alemanha não estarem dispostos, durante os anos 1970 e 1980, a transformar seus sistemas financeiros nos moldes dos Estados Unidos também, fornece grande parte da explicação de porque o iene e o marco alemão não desafiaram o papel internacional do dólar de maneira significativa naquele período.

Haver ou não esse esforço, indica que, o governo está optando ou não, por internacionalizar a sua moeda, obtendo assim, os benefícios que essa situação representa, porém, tendo que arcar, também, com os custos impostos por essa modificação na posição de sua moeda. Já ao se refletir sobre a postura do Estado do ponto de vista político, Gilpin (2002), ressalta que a relação Japão-Estados Unidos, foi fundamental para a manutenção do patamar do dólar norte-americano no final da década de 1970, e meados da década de 1980.

Assim, é possível verificar, então, que a relação entre EUA, Japão e Alemanha Ocidental, e consequentemente, as suas moedas, possui um tempo considerável. Essa relação, tem como base, uma relativa estabilidade, ampla aceitação, solidez e abertura dos mercados financeiros norte-americano, japonês e alemão, visto que, esses pontos, são avaliados pelo mercado em si, para a utilização das moedas no âmbito internacional (MCDOWELL, 2021). Isso é, desde os anos 1970, tanto iene, quanto o marco alemão (substituído pelo atual euro), e o dólar americano, figuram entre moedas internacionais relevantes no cenário internacional. Atualmente, além da criação do euro, em substituição a diversas moedas, com destaque aqui, para o marco alemão, tem-se também, a ascensão do renminbi enquanto moeda internacional.

Cohen (2003), afirma que, o Euro, cuja utilização iniciou em 1999, teve suas negociações iniciadas já no final da década de 1980, culminando no Tratado de Maastricht de 1992 . Além de figurar como uma moeda relevante, apontava a possibilidade de ser um grande

“rival” para o dólar. Porém, Cohen (2013, p. 86, grifo do autor), deixa mais claro o que vem a ser um “rival”. O autor afirma que, “ultrapassar o dólar corresponde a superá-lo quanto ao grau ou à extensão do seu uso para diversos objetivos internacionais, isto é, ultrapassá-lo no que é comumente, chamado de ‘internacionalização’ da moeda”.

Essa visão, é sintetizada pelo autor com três dimensões. São elas: trajetória, escopo e domínio. A trajetória, pode ser compreendida como o caminho percorrido pela utilização mundial, ou seja, à medida que, a utilização de determinada moeda aumenta, qual é o comportamento do caminho a ser percorrido? Qual é a trajetória para essa utilização? Já o escopo, diz respeito as categorias de funções de uso, onde, são consideradas quais funções a moeda em questão pode exercer, e, se essa já alcançou todas essas categorias. Por fim, o domínio diz respeito a expansão geográfica da utilização, por meio de países ou regiões que utilizam essa moeda.

Em síntese, Cohen (2013), considera que, para que se possa, efetivamente, analisar uma moeda e sua possibilidade de ser uma rival frente ao dólar, é necessário analisar a trajetória que essa percorreu, ao longo da expansão da sua utilização, quais funções ela desempenha internacionalmente, ou seja, qual seu escopo. E por fim, em qual área ela exerce o seu domínio, expansão territorial.

Na análise realizada por Cohen (2013), considerando os dados do Banco Central Europeu de 2011, o autor, observa que, no que tange a trajetória, o uso internacional do euro desacelerou e estava, aparentemente, estabilizado há mais de meia década. Inicialmente, teve uma ampla adesão, porém, não foi surpreendente o resultado obtido pelo euro, visto que, o marco alemão já era a segunda maior moeda nas relações monetárias globais. Nas palavras de Cohen (2013, p. 87), “nada menos, teria sido um verdadeiro choque”. O destaque cabe, apenas, a manutenção da estabilidade, se comparado a parcela de mercado detida pelas antigas unidades monetárias nacionais.

No que tange ao escopo, o autor (2013), aponta que, na época do estudo, havia uma expansão considerável na emissão de títulos de dívida, porém, em categorias como mercado de câmbio, comercial ou bancário, o dólar, se mantinha maior do que as demais moedas. Já quanto ao domínio, a relação é feita, analisando países, com laços geográficos, institucionais e cambiais bem acirrados. De forma que, o euro estava presente nos países da Área do Euro, e em alguns países da África, tendo uma participação mundialmente relevante.

Trazendo a análise para o momento atual, a publicação *The international role of the euro – June* 2023 (EUROPEAN CENTRAL BANK, 2023), afirma que, apesar dos novos choques de 2022, guerra da Rússia e da Ucrânia, aumento das sanções econômicas e dos riscos políticos, o papel internacional do euro permaneceu firme em 2022. Se mantendo como a segunda moeda mais importante ao nível mundial. De maneira geral, os resultados apresentados no estudo, corroboram o que já fora apontado por Cohen (2013). Em se tratando

do euro, conforme afirmado pelo estudo (2023), esse, “tende a ser mais uma moeda regional. Enquanto a utilização do dólar dos EUA, em empréstimos bancários transfronteiriços, é global” (EUROPEAN CENTRAL BANK, 2023, p. 75, tradução nossa). O estudo, porém, aponta para um novo elemento, o crescimento da participação de outras moedas (exceto euro e dólar americano), nas reservas cambiais globais, com destaque para uma moeda, até então, não considerada uma moeda relevante, o renminbi chinês .

Ao analisar de maneira ampla o euro, Cohen (2015), afirma que, o problema para a ascensão da utilização do euro, começa na concepção dos mecanismos de governança dessa união monetária. Pois, ela é uma fusão incompleta de Estados soberanos europeus, exacerbando, assim, falhas internas das instituições financeiras europeias. Essas, por sua vez, são incapazes de igualar a liquidez, a segurança, o poderio político, o poderio militar e o alinhamento de políticas públicas existentes no dólar e nos Estados Unidos.

Quando o euro entrou em circulação, várias moedas deixaram de circular, visto que, a intenção da unificação, era, de fato, unificar também, a moeda dos países envolvidos. Algumas moedas, podem ser apontadas como as mais relevantes. São elas: o marco alemão, o franco francês, o florim neerlandês, a dracma grega, a lira italiana, a peseta espanhola e o escudo português. Esses, são alguns exemplos de moedas que, apesar de, historicamente, relevantes, não estão mais em circulação (EUROPEAN CENTRAL BANK, 2023).

Ilzetzki, Reinhart e Rogoff (2020), afirmam que, o surgimento do euro fez pouco mais que consolidar as moedas regionais por meio de sua unificação. E, apesar de ser a segunda moeda mais relevante em diversos aspectos, ficando atrás apenas do dólar, seu futuro é incerto, pois, dentre os fatores da manutenção do dólar como moeda principal, está o aumento considerável da participação das economias asiáticas ancoradas ao dólar na atividade econômica global. Assim, se esse apoio fosse, no médio prazo, migrado para o euro, esse, poderia se tornar a moeda principal. Porém, dado o peso da economia chinesa nesse contexto, e o rápido crescimento do renminbi em diferentes funções como moeda internacional, este último, poderia “usurpar o status de vice-campeão [pertencente ao euro] no sistema monetário internacional” (ILZETZKI; REINHART; ROGOFF, 2020), podendo deixar o euro na terceira colocação nessa hierarquia.

O renminbi, moeda oficial utilizada na China, atualmente, segunda maior economia do mundo, maior exportador do mundo, faz investimentos estrangeiros diretos, possui relações no comércio de mercadorias e commodities com praticamente, todas as partes do mundo (UNCTAD, 2021; EUROPEAN CENTRAL BANK, 2023). Esse movimento, faz com que, os países tenham cada vez mais ligações econômicas, políticas e financeiras com a China. Toda essa inserção, envolvimento no comércio, realização de investimentos estrangeiros diretos em diversas regiões, sinalizam o quanto o renminbi tende a ser, cada vez mais relevante enquanto moeda internacional (EICHENGREEN; LOMBARDI, 2017).

A ascensão chinesa, verificada a partir das reformas iniciadas por Deng Xiaoping em 1978, resultaram em uma redução da pobreza, aumento do PIB per capita, aumento no índice de desenvolvimento humano (IDH), e no aumento do tamanho econômico do país. Em se tratando especificamente, do PIB, o crescimento médio anual verificado no período de 1978-2007, é de 9,7%. Isso significa dizer que, ao longo do período, o PIB teve seu valor multiplicado em dezessete vezes (NONNENBERG, 2010).

O autor (2010), aponta alguns aspectos que contribuíram para o desempenho da economia chinesa no período supracitado. São eles: a liberalização do sistema de formação de preços – impactando na produtividade, na renda e no emprego; a liberalização do comércio exterior; a criação de Zonas Econômicas Especiais – ZEEs – permitindo a concessão de incentivos; a manutenção dos baixos salários, com um crescimento dos salários reais anuais médios, em média 11%, proporcionada pela migração de um grande contingente de mão de obra rural para a cidade, e pelo aumento da demanda por trabalho; a ausência de proteção à propriedade intelectual; o tamanho da população chinesa, que favoreceu as economias de escala e a redução dos custos de produção na maior parte das indústrias; o crescimento de IDE – Investimentos Diretos Externos, saindo de US$ 265 milhões em 1981, para US$ 138 bilhões em 2007, impulsionado pelas ZEEs e seus incentivos; por fim, as políticas de incentivo a investidores estrangeiros no que tange à inovação, a transferência e a geração de ciência e tecnologia. Visto que, até o ingresso da China na OMC, a permissão ou estímulo às empresas estrangeiras, estava atrelado a transferência de tecnologia, ou a abertura de centros de pesquisa e desenvolvimento no país (NONNENBERG, 2010).

Todo esse crescimento, revisitou um debate em torno das consequências econômicas e políticas para economia global da internacionalização do renminbi (GERMAIN; SCHWARTZ, 2017). Como já elencado nesse estudo, diversas foram as moedas, historicamente, utilizadas como moedas internacionais, bem como, diferentes foram os alcances por essas obtidos. Porém, Cohen (2015), aponta uma diferença entre o que acontece com o renminbi e o que aconteceu com as moedas do passado.

Cohen (2015, p. 214, tradução nossa), afirma que, “a internacionalização é o destino manifesto do renminbi, um subproduto imparável do notável sucesso econômico da China” . E que, após longa hesitação por parte do governo chinês, agora, Pequim parece ter feito da internacionalização um objetivo político, sendo essa a principal diferença, entre os antecessores marco alemão, iene e euro, e o atual renminbi. Agora, há um apoio das autoridades emissoras, e não apenas uma preferência da procura do mercado. Porém, apesar desse movimento, tal qual as demais moedas, o renminbi deve manter-se no patamar das demais moedas internacionais relevantes, visto que, há um preço necessário a se pagar para a moeda ser considerada uma moeda internacional.

Para a China, o principal custo é a liberalização financeira, e com ela, uma modificação do modelo econômico de Pequim (COHEN, 2015), o que Germain e Schwartz (2017), chamam de custo social da internacionalização da moeda. Pois, permitir uma circulação de grande volume de renminbi, exigiria uma alteração no foco da produção chinesa. Saindo de um cenário predominantemente exportador de produtos. O que acarretaria, um aumento das importações líquidas da China – tanto para produtos, quanto para serviços. Esse cenário, por sua vez, exigiria esforços coordenados do governo chinês, visto que, modificaria o status quo econômico e político da China. Tendência essa, que enfrenta resistência de grupos no Partido Comunista e do Estado Chinês (GERMAIN; SCHWARTS, 2017).

Torres Filho e Pose (2018), apontam que o processo de internacionalização do renminbi é baseado em um projeto claro, onde, desde os anos 2000, a China vem fazendo acordos internacionais e alinhando medidas para ampliar a conversibilidade de sua moeda. Tais como, o programa *QFII – Qualified Foreign Intitutional Investor*, que permitiu, a aquisição de títulos no mercado doméstico, por parte de investidores estrangeiros selecionados. Em 2003, os passos iniciais para a criação de mercados financeiros offshore em Hong Kong foram dados. Os passos para essa internacionalização foram exacerbados com a crise de 2008.

A crise de 2008 , pode ser pontuada como um estímulo à internacionalização do renminbi. Pois, essa, fez com que, tanto governos quanto empresas, buscassem formas de reduzir a sua dependência do dólar, tendo em vista, a instabilidade verificada em 2008. Dessa forma, pode se dizer, que, com o intuito, majoritariamente, defensivo, tanto a China quanto os seus parceiros, direcionaram suas relações comerciais e financeiras para o renminbi, na busca de se tornarem mais resistentes frente a problemáticas no sistema monetário internacional, como a ocorrida em 2008 (TORRES FILHO; POSE, 2018).

Então, o renminbi cresceria não como uma alternativa a uma moeda principal, no caso o dólar, mas seu crescimento seria destinado a uma região específica. No caso, a Ásia, tornando-se uma moeda regional, tal qual, o euro para a Europa. Esse movimento já, pode ser observado, visto que, os sete primeiros países a estabelecer mecanismos de negociação direta com o renminbi, foram países asiáticos. Esses, ao invés de utilizarem dólares para as suas negociações diretas, utilizaram renminbi (EICHENGREEN; LOMBARDI, 2017).

Nesse sentido, a nova rota da seda, corrobora a intenção como sendo um projeto geopolítico e geoeconômico chinês. Essa, visa articular mais de setenta países por meio de acordos bilaterais para projetos de infraestrutura, portos, ferrovias, rodovias, geração de energia, planos de urbanização, dentre outros. A área a ser alcançada, vai do Pacífico-Sul ao Mar do Norte, atingindo a Costa Leste da África e o Mediterrâneo. A perspectiva é alcançar o aumento da circulação do renminbi na região, principalmente, em países dependentes da China. Demonstrando, assim, a capacidade financeira chinesa e um indício de questionamento da hierarquia monetária internacional atual (METRI, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo, buscou descrever o processo histórico e político da ascensão e queda das moedas internacionais utilizadas a partir do século XX. Para que isso fosse possível, o estudo, trouxe o motivo pelo qual a moeda foi criada e quais funções, essa desempenha. Como já elencado, a moeda possui o valor que a ela é atribuído, ou seja, “a moeda é tudo e a moeda não é nada”. Em se tratado do aspecto internacional, para uma moeda ser utilizada fora do espaço territorial do seu emissor, é necessário que, os demais países, aceitem que, a moeda em questão possui, e consegue desenvolver papéis, que a sua própria moeda não pode.

Nesse sentido, verificou-se que, nem todas as moedas são iguais. A partir das três funções básicas de uma moeda e das hierarquias propostas por Strange (1971), Cohen (2019), e De Conti, Prates e Philon (2013), pode-se afirmar que, ao longo da história, diversas moedas foram relevantes no cenário internacional. Além disso, o sistema monetário internacional foi mudando com o passar do tempo. Em considerando, os séculos XX e XXI, pode-se afirmar que, as principais moedas internacionais utilizadas foram, a libra, no início do século XX, e o dólar-americano, a partir da Segunda Guerra Mundial.

Apesar dessa proeminência e preponderância na utilização, e, no cumprimento das funções de uma moeda internacional encontrada na libra e atualmente, no dólar americano, outras moedas internacionais, também foram pontuadas ao longo desse estudo como relevantes. O marco alemão e o iene japonês, foram moedas que, na segunda metade do século XX, apresentaram forte importância no cenário internacional, principalmente, em se tratando das suas regiões de atuação. Já no século XXI, o euro e o renminbi merecem destaque enquanto moedas que desenham funções, fora da área do emissor.

É importante destacar aqui, que, como já apontado, diversos são os motivos pelos quais um país incentiva, ou não, a internacionalização da sua moeda. No geral, para uma moeda ter relevância internacional, o país emissor dessa, deve também ser relevante internacionalmente. Em outras palavras, pode-se dizer que, o emissor da principal moeda internacional, pode ser considerado o detentor da hegemonia monetária internacional.

REFERÊNCIAS

AGLIETTA, M. O sistema monetário internacional: em busca de novos princípios. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.4, p.127-50, jun.1995.

CARVALHO, F. J. C. *et al.* **Economia Monetária e Financeira:** Teoria e Política. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 452 p.

CHEY, Hyoung-Kyu. Theories of International Currencies and the Future of the World Monetary Order1. **International Studies Review**, [S.L.], v. 14, n. 1, p. 51-77, mar. 2012. Oxford University Press (OUP). http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-2486.2012.01104.x.

COHEN, Benjamin J. **The Geography of Money**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1998.

COHEN, B. J.. Um paraíso perdido? O Euro no pós crise. In: CINTRA, M. A. M.; MARTINS, A. R. A. (Org.). **As transformações no sistema monetário internacional**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013. Cap. 2, p. 85-100.

COHEN, Benjamin J.. **Currency Power:** Understanding monetary rivarly**.** Princeton, NJ: Princeton University Press, 2015.

COHEN, Benjamin J.. **Currency Statecraft:** Monetary Rivalry and Geopolitical Ambition. Chicago: The University of Chicago Press, 2019.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Economia Monetária e Financeira**: uma abordagem pluralista. São Paulo: Makron Books do Brasil Editora, 1999.

DE CONTI, B. M.; PRATES, D. M.; PLIHON, D.. O sistema monetário internacional e seu caráter hierarquizado. In: CINTRA, Marcos Antônio Macedo; MARTINS, Aline Regina Alves (Org.). **As transformações no sistema monetário internacional**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013. Cap. 1, p. 23-84

EICHENGREEN, B. **A Globalização do Capital:** Uma História do Sistema Monetário Internacional. São Paulo: Editora 34, 2000. 288 p

EICHENGREEN, B.; LOMBARDI, D. RMBI or RMBR? Is the Renminbi Destined to Become a Global or Regional Currency? **Asian Economic Papers**, v. 16, n. 1, p. 35–59, 1 jan. 2017.

ELWELL, Craig K.. The Dollar's Future as the World's Reserve Currency: the challenge of the euro. **Crs Report For Congress**, Washington, v. , n. , p. 1-11, jul. 2007.

EUROPEAN CENTRAL BANK. **The international role of the euro:** June 2023**.** Disponível em: https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/ire/ecb.ire202306~d334007ede.en.pdf Acesso em: 13 set. 2023.

GERMAIN, Randall; SCHWARTZ, Herman Mark. The political economy of currency internationalisation: the case of the rmb. **Review Of International Studies**, [S.L.], v. 43, n. 4, p. 765-787, 3 abr. 2017. Cambridge University Press (CUP). http://dx.doi.org/10.1017/s0260210517000109.

GIAMBIAGI, Fabio; BARENBOIM, Igor. A unificação monetária alemã: lições para uma possível moeda comum entre brasil e argentina. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 85-120, dez. 2002.

GILPIN, Robert. **A economia política das relações internacionais.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

HELLEINER, Eric; KIRSHNER, Jonathan. The future of the Dollar:: whither the key currency?. In: HELLEINER, Eric; KIRSHNER, Jonathan (ed.). **The future of the dollar**. New York: Cornell University Press, 2009. p. 1-23.

ILZETZKI, Ethan; REINHART, Carmen M; ROGOFF, Kenneth s. Why is the euro punching below its weight? **Economic Policy**, [S.L.], v. 35, n. 103, p. 405-460, 1 jul. 2020. Oxford University Press (OUP). http://dx.doi.org/10.1093/epolic/eiaa018.

KIRSHNER, Jonathan. Money is politics. **Review Of International Political Economy**, [S.L.], v. 10, n. 4, p. 645-660, nov. 2003.

KOSINSKI, D. S. *et al.* **A moeda como meio de comando**: a Alemanha e a integração monetária europeia. 2019. 319 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

KRUGMAN, Paul R The international role of the dollar: Theory and prospect. In **Exchange Rate Theory and Practice**, Chicago: University of Chicago Press, p. 261–278, 1984.

LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. **Economia Monetária**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 494 p.

MCDOWELL, Daniel. Financial sanctions and political risk in the international currency system. **Review Of International Political Economy**, v. 28, n. 3, p. 635-661, mar. 2021.

METRI, Mauricio. Geopolítica e diplomacia monetária: o sistema dólar de tributação global e as iniciativas de desdolarização da economia internacional. **Economia e Sociedade**, [S.L.], v. 29, n. 3, p. 719-736, dez. 2020. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2020v29n3art02.

NAPOLEONI, C. **Curso Economia Política.** 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1985, 405p.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. China: estabilidade e crescimento econômico. **Revista de Economia Política**, [S.L.], v. 30, n. 2, p. 201-218, jun. 2010. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0101-31572010000200002

PAULA, Luiz Fernando de; FRITZ, Barbara; PRATES, Daniela M.. Keynes at the periphery: currency hierarchy and challenges for economic policy in emerging economies. **Journal Of Post Keynesian Economics**, v. 40, n. 2, p. 183-202, 3 abr. 2017.

SERRANO, F. A economia americana, o padrão dólar flexível e a expansão mundial nos anos 2000. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C.; SERRANO, F. **O mito do colapso do poder americano.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

SILVA, Luiz Afonso Simoens da. Propostas de reforma do sistema monetário internacional. In: CINTRA, Marcos Antônio M.; MARTINS, Aline Regina Alves (org.). **As transformações no Sistema Monetário Internacional**. Brasília: Ipea, 2013. Cap. 5. p. 147-174.

SOIHET, E.; GUIMARÃES, C. O. Rumo a um novo regime monetário internacional. **Boletim Meridiano 47**, v. 13, n. 132, p.53-59, jul-ago, 2012

STRANGE, Susan. **Sterling and British Policy:** A Political Study of an International Currency in Decline. Oxford: Oxford University Press, 1971.

TORRES FILHO, E. T.; POSE, M. A INTERNACIONALIZAÇÃO DA MOEDA CHINESA: disputa hegemônica ou estratégia defensiva? **Revista de Economia Contemporânea**, [S.L.], v. 22, n. 1, p. 1-23, 11 jun. 2018. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/198055272215.

UNCTAD. Unctad Stat – Country Profile. Disponível em: https://unctadstat.unctad.org/CountryProfile/GeneralProfile/en-GB/156/index.html. Acesso em: 26 mar. 2021.